



8º Encontro Internacional de Política Social

15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Eixo: Educação e Política Social.

Alimentação Escolar Saudável nas Áreas de Reforma Agrária

Etel Matiello¹

Mercedes Queiroz Zuliani²

Resumo: A conquista da alimentação escolar saudável como direito humano é uma luta que pressupõe a reforma Agrária no país que possui uma das mais desiguais distribuição de terra do mundo. Assim, relaciona-se a produção e distribuição de alimentos com as políticas públicas existentes e o modelo de desenvolvimento em que vivemos. Contrapondo à imposição de hábitos e culturas alimentares, as escolas do campo podem construir formas e conteúdos para compreender o modo de produção e construir alternativas para produção, consumo e distribuição de alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Reforma agrária; Saúde; Políticas públicas.

Healthy School Nutrition in Land Reform Areas

Abstract: The conquest of healthy food in school as a human right is a struggle that presupposes the agrarian reform in the country that has one of the most unequal distribution of land in the world. Thus, the production and distribution of food is related to the existing public policies and the model of development in which we live. Contrary to the imposition of eating habits and cultures, the rural schools can construct forms and contents to understand the way of production and to construct alternatives for production, consumption and distribution of healthy foods.

Keywords: Healthy food; Land reform; Health; Public politics.

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com mais de 3 décadas de formação, tem forjado sua atuação para a transformação da sociedade e a construção de um Projeto Popular para o Brasil, fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras. E confia que a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e produzindo alimentos, é a contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular.

Uma das tarefas atuais, reafirmada e deliberada durante o II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (realizado em setembro de 2015 em Luziânia, Goiás, Brasil) é buscar incidir e dar suporte teórico-metodológico a pequenos embriões de mudanças no conjunto das escolas (pensando inclusive no universo das escolas do campo), de modo a multiplicar práticas que representem a negação do projeto

¹Nutricionista. Colaboradora do Coletivo de Saúde do MST 1. Email: etelmatiello@gmail.com.

²Educadora Popular. Mestranda em Política Social na UFES 1. Email: mercedesqz@gmail.com.

do capital para a escola/a educação das novas gerações de trabalhadores; precisamos que algumas práticas ou traços de transformação se desenvolvam em escala massiva, para termos força política de enfrentamento e pressionar políticas públicas que não nos impeçam de trabalhar pelo nosso projeto mais amplo.

Contudo, estamos no momento de retrocesso quanto às políticas públicas que permitiram certo avanço no campo da alimentação escolar saudável nas escolas do campo. Conjuntura em que aumentam as perseguições aos movimentos sociais bem como são extintas as políticas públicas para produção e consumo de alimentos saudáveis, bem como espaços de participação social, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Este, foi um dos primeiros atos do atual “des-governo”, mostrando a não priorização do combate à fome e à produção de alimentos saudáveis da nova gestão.

Neste texto, o setor de saúde traz algumas contribuições para refletir sobre os desafios da Alimentação Escolar Saudável no contexto da Reforma Agrária, na transição para um contexto de retrocesso político no país.

2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL ENQUANTO PROCESSO POLÍTICO

Todo o ambiente escolar é educativo, desde a sala de aulas, espaço de recreio, refeitório, horta escolar. Neste sentido é necessário fazermos uma afirmação: tudo que oferecemos para os educandos comerem no ambiente escolar é pedagógico, ou seja, contribui para que formem, não só seu hábito alimentar, mas sua relação com o campo, com a produção de alimentos, com a terra. O que queremos afirmar com isso é que, ao oferecer ao estudante um pão com salsicha e um refresco em pó ou refrigerante (algo muito comum nas festividades escolares) estamos inconscientemente contribuindo para que os estudantes aprendam o sabor destes alimentos e seu significado simbólico, aqui relacionado a festas e comemorações. Mas também podemos construir outras experiências que valorizem a culinária local, os alimentos produzidos no campo, o fortalecimento da alimentação tradicional, a experiência da produção de alimentos, seja a partir do trabalho em hortas e pomares, seja na cozinha experimental.

Se partirmos do pressuposto que a alimentação escolar é uma ação educativa

precisamos refletir como ela acontece, tanto do ponto de vista institucional, quanto na organização dos espaços escolares, desde a ciranda dos acampamentos e assentamentos até as universidades. Claro que nos cabe refletir também na alimentação em nossos espaços e centros de formação, mas são temas para outros textos.

O programa de alimentação escolar surge no Brasil na década de 1940, contando nas primeiras décadas com recursos exclusivos de organismos internacionais como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A partir de 1950, não só o Brasil, mas muitos outros países do dito “terceiro mundo” começam a receber ajuda alimentar dos Estados Unidos. Esta ajuda foi recebida por meio de uma Lei, a Public Law 480 aprovada em 1954 nos Estados Unidos que visava à compra de excedentes alimentares dos produtores para doação a países pobres. Internamente (para os EUA), ela representava um subsídio ao agricultor e uma forma de estabilizar os preços de mercado. No contexto da Guerra Fria, do excedente de tecnologia gerado na 2ª Guerra Mundial e visando “alimentar o terceiro mundo”, o Congresso norte-americano aprovou a doação de alimentos como forma de conter os movimentos revolucionários que começavam a emergir em vários países da região. Milhares de toneladas de trigo, milho e leite em pó foram enviados aos países com nomes de sugestivos programas como Aliança para o Progresso e Alimentos para a Paz. Politicamente representou a entrada nos países que recebiam as doações, de alimentos industrializados, como margarina, leite em pó e biscoitos à base de trigo, modificando os hábitos alimentares dos escolares e a produção de alimentos destes países (Ipea, 2009). Muitos professores que eram estudantes naquela época lembram a merenda que chegava do estrangeiro! Que influência esta “ajuda humanitária” teve na formação de nossos hábitos alimentares atuais?! E na nossa agricultura?! O que se colocou como necessidade de alimentação a partir desse momento?

Desde aquela época aconteceram muitos avanços relacionados à alimentação escolar, especialmente nos períodos do governo democrático-popular, com a perspectiva de que a alimentação escolar é parte fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada e teve uma série de conquistas e transformações desde seu surgimento até o desenho atual e como isso influencia a vida dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. São atendidos atualmente pelo PNAE todos os alunos da educação

básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros próprios do governo federal, ou seja, não existe ajuda de outros países ou organismos internacionais para a alimentação escolar. O programa tem caráter complementar ao recurso investido na alimentação escolar pelos estados e municípios e no ano de 2015 seu orçamento foi de R\$3,8 bilhões. O repasse destes recursos era feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar que é realizado anualmente e sua fiscalização é exercida pela sociedade civil, por meios dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e pelo poder público com o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público. Ou seja, qualquer irregularidade em relação à alimentação escolar deve ser enviada para estes órgãos e estas instâncias. Atualmente 30% dos recursos enviados pelo Ministério da educação deviam ser adquiridos diretamente de agricultores familiares, em uma ação que objetiva estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades rurais. (BRASIL, 2016). Porém, um dos primeiros atos do novo governo do Brasil é a destituição do CONSEA, bem como a diminuição das políticas públicas referentes à produção e consumo de alimentos saudáveis. Outro passo foi a liberação de vários agrotóxicos na produção agrícola, o que modifica muito a estrutura agrária e de saúde das pessoas.

Com base nestas informações podemos pensar em uma série de reflexões:

- Existe Conselho de Alimentação Escolar nos nossos municípios? E nas Escolas?
- Como é adquirida a alimentação escolar? São comprados os 30% de alimentos da agricultura familiar? E esses produtos são agroecológicos, ou orgânicos, são adquiridos dos assentamentos?
- E quanto aos alimentos ofertados, como é sua qualidade? Atende as características de todos/as educandos/as?
- Como vamos lidar com essa nova conjuntura de retrocessos nas políticas públicas referentes à alimentação saudável?

Sabemos que o acesso à educação é diferente para o meio urbano e rural. Todos os movimentos sociais do campo têm como uma de suas bandeiras de luta o direito à

educação. Nesse contexto como se insere a alimentação saudável também enquanto direito?

O direito à alimentação é um direito de todos os seres humanos, independentemente de sua condição social, de cor da pele, etnia, local de moradia, crença religiosa, gênero ou idade. No entanto, na atual fase do capitalismo globalizado, as pessoas só têm acesso a alimentos se tiverem dinheiro e renda para comprá-los. Como há uma elevada concentração da renda, em praticamente todas as sociedades, e mais gravemente nos países do hemisfério sul, as populações pobres, majoritárias, que vivem nesses países, sofrem as consequências da falta de acesso aos alimentos (STEDILE, CARVALHO, 2015).

Portanto, o direito humano à alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que considerem a cultura, os hábitos e práticas alimentares de cada povo, em todos os momentos e em todos os espaços que nos alimentamos (escolas, hospitais, cirandas, presídios). Neste sentido, a luta pela garantia do direito à alimentação de qualidade para todos os seres humanos requer a construção de um novo modelo de produção e organização da sociedade, que tenha como eixo a apropriação social dos meios de produção e a distribuição da riqueza. Ao mesmo tempo é preciso construir experiências para garantir esse acesso e a defesa desse direito, combatendo todos os dias a ação do capital, na agricultura, mas também em nossas merendas, em nosso almoço ou jantar, em casa ou na escola.

A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, pois além de garantir uma alimentação de qualidade para os estudantes apóia o desenvolvimento local ao usar na merenda escolar alimentos oriundos da agricultura familiar. Por isso é fundamental que toda comunidade escolar se envolva com as questões relacionadas à alimentação e a qualidade dos alimentos oferecidos, bem como às formas de se alimentar, construindo uma autonomia e gerando conhecimento a partir da consciência sobre a alimentação, os sabores e os prazeres de comer bem.

3 A FORMAÇÃO DE NOSSOS HÁBITOS E ESCOLHAS ALIMENTARES

Atualmente se escuta falar em rádios, programas de televisão, internet, revistas,

jornais, da epidemia de obesidade que assola adultos e crianças. Muito se diz a respeito disso, muito se pesquisa e muitos produtos são desenvolvidos. Uma das principais causas atribuídas à obesidade são os hábitos alimentares inadequados, ou seja, nossas escolhas alimentares. Mas precisamos refletir como são formados nossos hábitos? O que influencia esta formação? Como são estimulados nossos sentidos, dentre eles o paladar?

Uma metodologia que podemos usar para estimular essa reflexão é assistir e debater alguns filmes que abordam esta temática como, por exemplo: “Muito Além do Peso”, “A dieta do palhaço”, “O Veneno Está na Mesa”³.

Outra opção metodológica é refletir a partir de imagens que retratam o consumo de alimentos de algumas famílias ao redor do mundo, usando as imagens do trabalho *Hungry Planet: What the World Eats* (Planeta Faminto: O que o Mundo Come, Editora Ten Speed Press) do fotógrafo Peter Menzel e do jornalista Faith D'Alusio. Eles tentam fazer uma reflexão sobre as diferenças da alimentação em diferentes lugares do mundo e mostram o que significa a alimentação para as famílias em diferentes países, retratando 30 famílias em 24 diferentes países. Seleccionamos algumas para ilustrar⁴:



³ Alguns destes filmes estão disponíveis na internet nos endereços citados:
Muito Além do Peso: <http://www.muitoalemdopeso.com.br/download/>
A dieta do Palhaço: <https://www.youtube.com/watch?v=W4m28PVklHA>
O veneno está na mesa 1 e 2: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLuCYHAVIbSBkOrWae2k2t--a9EghxBNLm>

⁴ Mais fotos deste livro podem ser vistas no endereço eletrônico: <http://awebic.com/cultura/o-que-familias-ao-redor-mundo-comem-em-1-semana-resposta-e-surpreendente/>

Estados Unidos: Família Revis

Gasto semanal com alimentação: US\$ 341,98

**Equador:** Família Ayme

Gasto semanal com alimentação: US\$ 31,55

**Chade:** Família Aboubakar

Gasto semanal com alimentação: US\$ 1,23

Para além dos valores gastos com alimentação, o que mais nos mostram estas imagens? Quais alimentos são prioritários para as famílias de países ditos “desenvolvidos” e para os demais países? Como seriam estas fotos no Brasil? Haveria distinção entre as áreas rurais e urbanas? E nas áreas de Reforma Agrária, como está a alimentação das famílias?

Olhando para estas fotografias ou vendo os filmes sugeridos podemos observar que o acesso aos alimentos é mediatizado pelo dinheiro, ou seja, quanto mais dinheiro nós temos, mais temos possibilidade de comprar diferentes alimentos. Entretanto é fundamental perceber que é possível conquistar a alimentação saudável quando se democratiza a terra e os bens da natureza. Ainda, podemos ver o exemplo do país africano, na última fotografia, que possui sementes e pouco gasta com alimentação,

porém não é por escolha, mas porque tem seu povo atingido pela façanha do capital, que oprime essas populações e se apropria de seus territórios. Assim, as imagens nos fazem refletir que a conquista da alimentação saudável também se relaciona aos processos emancipatórios e anticolonialistas dos países e às suas capacidades de democratização da terra e dos bens da natureza. É preciso ter terra e projeto de país para que se conquiste a justiça e a soberania alimentar. Então, não necessariamente custa menos ter menos alimentação saudável. Garantir o acesso a bens industrializados também não é liberdade e melhora na alimentação, mas pode ser uma imposição da indústria e do comércio.

Sabe-se que os povos que viviam e vivem mais tempo (guineanos, maias, habitantes do Vale dos Hunza e de Vilcabamba, no Equador) têm em comum a ingestão de alimentos frescos e pouco processados, provenientes do seu meio e de sua própria cultura alimentar. Seus hábitos alimentares são pautados na sazonalidade das colheitas e há um equilíbrio no consumo a partir do conjunto de alimentos disponíveis.

De forma geral podemos dizer que a alimentação saudável é milenar e tem algumas características próprias: alimentação diversificada – alimentos frescos ou pouco processados; adequada aos biomas locais e à sazonalidade; sem uso de agrotóxicos; produção voltada para o autoconsumo; preparo e consumo coletivo; uso de condimentos naturais; garantia de acesso a partir da posse da terra e dos meios de produção ou a partir da comercialização.

Entretanto, nos últimos 200 anos notamos uma importante mudança nas características da alimentação, que ficam mais evidentes em países capitalistas: aumento do consumo de alimentos industrializados, com conservantes como sal, açúcares, gorduras, aditivos químicos; diminuição do uso de plantas condimentares; baixa qualidade nutricional dos alimentos; baixa diversidade de alimentos; distanciamento entre alimentos, biomas locais e sazonalidade; sedentarismo; impessoalidade no ato de se alimentar; uso extensivo de máquinas, de sementes modificadas e agrotóxicos na produção dos alimentos; distanciamento e desapropriação dos sabores tradicionais; desqualificação do alimento como fonte primordial de vida; configuração do alimento como mercadoria, objeto de consumo e lucro; inclusão de outras mercadorias relacionadas à alimentação e à saúde: o corpo, os planos de saúde – centros de beleza e estética – a padronização da beleza,... anorexia, bulimia..., os “alimentos saudáveis”. A maior parte dessas mudanças faz parte da necessidade de expansão da indústria dos

alimentos, que inclui atualmente também o agronegócio e todos os produtos alimentares transgênicos e que usam agrotóxicos em excesso em sua produção. Como parte disso, a propaganda contribuiu para tornar a população menos consciente de sua saúde e alimentação, bem como para “facilitar” o acesso a produtos industrializados, à alimentação “rápida” e também “acostumar” o paladar com somente dois sabores: salgado e doce. Cadê o amargo, o azedo, o adstringente da alimentação? Quem sente prazer em comer produtos diversificados?

Estas reflexões são extremamente importantes no contexto que vivemos, com o excesso de peso cada vez mais presente em nossas vidas e a busca de uma “vida saudável” sendo mais importante que o fato de nos sentirmos bem e felizes. O “terrorismo nutricional” que classifica os alimentos pelo seu valor nutritivo e calórico pura e simplesmente, também sofre influência do capitalismo e das indústrias que produzem estes alimentos ditos “saudáveis” e padronizam a beleza.

Na contramão desta tendência o “Guia Alimentar da População Brasileira”, publicado em 2014 pelo Ministério da Saúde aponta algumas características do que seja alimentação saudável: deve conter em sua maioria alimentos in natura ou pouco processados, adquiridos em comércio local e/ou produzidos de forma ambientalmente adequada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

É importante cuidar e evitar o consumo de alimentos industrializados em excesso, os chamados alimentos ultraprocessados, pois eles, além de fornecerem uma grande quantidade de calorias em pouca quantidade e outros elementos químicos como corantes, conservantes, aromatizantes, esses produtos não deveriam ser chamados de alimentos, pois não passam de uma mercadoria. Além dos danos à saúde das pessoas que comem, as empresas que produzem estes produtos exploram seus funcionários e o ambiente. Sua produção envolve, em todas as etapas do processo, um uso extensivo de água, agrotóxicos e outras substâncias químicas prejudiciais à saúde e à natureza, que prejudicam desde o trabalhador que planta ou prepara esses produtos alimentares até o consumidor que o consome.

O excesso de consumo de alimentos industrializados, com agrotóxicos e transgênicos está associado há uma série de problemas de saúde:

- ❖ Aumento das doenças crônicas degenerativas (diabetes, pressão alta, obesidade, câncer, depressão, dislipidemias, doenças cardíacas).

- ❖ Aumento das alergias e intolerâncias alimentares, doenças respiratórias, doenças gastrointestinais, problemas hormonais.

O Guia Alimentar traz outras reflexões importantes sobre a alimentação. Precisamos nos apropriar, refletir sobre elas e propor em que medida podemos ir desenvolvendo nossas ações no ambiente escolar nesta perspectiva:

- Há muitas informações sobre alimentação e saúde, mas poucas são de fontes confiáveis, ou seja, mesmo quando lemos, escutamos ou vemos algo sobre alimentação saudável precisamos entender se há algum interesse por trás destas informações, para não cair no conto do capitalismo, que se apropria de conceitos e ideias saudáveis para vender seus produtos.
- Embora legumes, verduras e frutas possam ter preço superior ao de alguns alimentos industrializados e ultraprocessados, o custo total de uma alimentação baseada em alimentos in natura ou minimamente processados ainda é menor no Brasil do que o custo de uma alimentação baseada em alimentos industrializados e ultraprocessados. É importante desconstruir, inclusive com valores, a ideia de que alimentação saudável é mais cara ou demora mais para ser preparada.
- Nesse sentido, é preciso ter cuidado com formas anti-dialéticas de se pensar cardápios ou “dietas” para os sujeitos e espaços coletivos, já que não basta criar regras ou somas de calorias etc. A alimentação envolve a forma, os sabores, a cultura, o tempo, enfim, deve ser pensada em sua forma mais complexa e completa.
- O enfraquecimento da transmissão de habilidades culinárias entre gerações favorece o consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados. Por isso precisamos investir em nossos espaços de formação na valorização e resgate das tradições e receitas culinárias; bem como a utilização de temperos, ervas e condimentos naturais, abominando o uso de realçadores de sabor (o famoso Sazon), etc.
- A publicidade de alimentos industrializados e ultraprocessados domina os anúncios comerciais de alimentos, frequentemente veicula informações incorretas ou incompletas sobre alimentação e atinge, sobretudo, crianças e jovens. Este assédio da indústria e do capitalismo sobre nossos corpos começa na infância com muitos produtos alimentares relacionados a brincadeiras e diversão. Precisamos estar conscientes e atentos a este assédio em nossas famílias, escolas, assentamentos, acampamentos.

Na alimentação escolar, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como

diretrizes da alimentação escolar (BRASIL, 2009) que devem ser seguidas e garantidas nas escolas das áreas de Reforma Agrária:

Alimentação Saudável e Adequada: Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Educação Alimentar e Nutricional: Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema da alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Universalização: Atende a todos os estudantes matriculados na rede pública de educação básica.

Participação social: Favorece o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

Desenvolvimento Sustentável: Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

O MST estimula em todos seus processos formativos o aprendizado de temas como agroecologia, saúde, segurança e soberania alimentar e nutricional. A experiência acumulada dos cursos de gestão de cooperativas, pedagogia da terra, licenciatura em educação do campo, veterinária, saúde comunitária, saúde ambiental reflete na transformação que estamos vendo em nossas áreas, especialmente relacionadas à produção agroecológica dos alimentos. Esta formação não acontece somente na educação formal, os espaços de lutas também são importantes celeiros destes aprendizados. A organização das cozinhas dos acampamentos e mobilizações, as feiras de produtores, as agroindústrias, os desafios da comercialização e da alimentação institucional são importantes cenários de aprendizagem, uma aprendizagem que se constitui na luta e nos desafios cotidianos.

Nesse sentido, podemos afirmar que as escolas do campo também são universos

de resistência e luta e oferecem um espaço de aprendizagem para além da sala de aula. Existem alguns espaços que precisamos fortalecer nesta aprendizagem são: o processo de gestão coletiva do ambiente escolar, a luta pela garantia das escolas nas áreas de reforma agrária, a relação da produção dos alimentos do assentamento e acampamento com a escola, a participação da comunidade escolar nos processos educativos, desde a definição do cardápio, aquisição dos alimentos, até o preparo e consumo, transforma a alimentação em um ato pedagógico e político.

Pedagógico no sentido da educação popular, da ligação intrínseca entre teoria e prática, do aprendizado vivo da colheita e do sabor, da reflexão crítica do processo. É política porque somos conscientes da relação entre os alimentos que produzimos e consumimos e o capitalismo, optamos por reconstruir nossa relação com os alimentos, produzidos pela terra e pelas mãos dos trabalhadores dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária de forma agroecológica, justa e solidária, o que se torna um grande desafio nesse próximo período histórico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**, 2016. Disponível em: <http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 20 dez 2016.

IPEA, 2009: <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

STÉDILE, J.P. Carvalho, H.M. **Soberania Alimentar**, in: Boletim da Educação nº 13, Alimentação Saudável: Um Direito de Todos! Jornada Cultural Nacional. São Paulo: MST, dezembro 2015.